

Chiplely SP Participações S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2015

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2015
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.415	11.504	Impostos a recolher		134	33
Aplicações financeiras	3	1.812	-	Total dos passivos circulantes		134	33
Impostos a recuperar		211	93				
Total dos ativos circulantes		3.438	11.597				
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Investimentos	4	715.879	713.312	Partes relacionadas	5	-	14.927
Total dos ativos não circulantes		715.879	713.312	Total dos ativos não circulantes		-	14.927
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6		
				Capital social		744.871	1
				Prejuízos acumulados		(25.688)	(29.995)
				Recursos para futuro aumento de capital		-	739.943
				Total do patrimônio líquido		719.183	709.949
TOTAL DOS ATIVOS		719.317	724.909	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		719.317	724.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (não auditado)
DESPESAS			
Gerais e administrativas	7	(63)	(72)
Resultado de equivalência patrimonial	4	3.979	(30.101)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>3.916</u>	<u>(30.173)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		525	216
Despesas financeiras		(1)	(5)
Total	8	<u>524</u>	<u>211</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>4.440</u>	<u>(29.962)</u>
Imposto de renda e contribuição social	9	(133)	(33)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>4.307</u>	<u>(29.995)</u>
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)		0,006	(24.996)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.307	(não auditado) (29.995)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>4.307</u>	<u>(29.995)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Recursos para futuro aumento de capital</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1	-	-	1
Recursos para futuro aumento de capital	6.3	-	-	739.943	739.943
Prejuízo do exercício		-	(29.995)	-	(29.995)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (não auditados)		<u>1</u>	<u>(29.995)</u>	<u>739.943</u>	<u>709.949</u>
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	6.2	739.943	-	(739.943)	-
Aumento de capital	6.2	4.927	-	-	4.927
Lucro líquido do exercício		-	4.307	-	4.307
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>744.871</u>	<u>(25.688)</u>	<u>-</u>	<u>719.183</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		4.307	(29.995)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Juros sobre aplicações financeiras	8	(525)	(216)
Resultado de equivalência patrimonial	4	(3.979)	30.101
Redução nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(118)	(93)
Aumento nos passivos operacionais:			
Impostos a recolher		101	33
Dividendos recebidos	4.1	1.412	11.494
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>1.198</u>	<u>11.324</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(1.287)	216
Aquisição de investimento	4.1	-	(754.907)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(1.287)</u>	<u>(754.691)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos para futuro aumento de capital	6.3	-	739.943
Partes relacionadas - recebidos	5	-	14.927
Partes relacionadas - pagamento	5	(10.000)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(10.000)</u>	<u>754.870</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(10.089)</u>	<u>11.503</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	11.504	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	1.415	11.504
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(10.089)</u>	<u>11.503</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Chipley SP Participações S.A (“Chipley” ou “Companhia”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Junior, 9999, Itaim Bibi, foi constituída em 4 de fevereiro de 2013. A Chipley é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.

Conforme nota explicativa 6, a Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui participação societária de 51% na Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) e possui o controle compartilhado, conforme o acordo de acionistas. A Brasil PCH é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”). A mesma detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW* e energia assegurada de 194 MW* médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

1.1. Aquisição de controle compartilhado da Brasil PCH

Em 29 setembro de 2014, a CEMIG GT cedeu à Renova crédito relativo ao AFAC realizado na Chipley em 14 de fevereiro de 2014, no valor de R\$739.943.

Conforme fatos relevantes emitidos pela Renova Energia nos dias 8 de agosto e 28 de outubro de 2013, a Chipley adquiriu em 14 de fevereiro de 2014 51% das ações da Brasil PCH, compartilhando seu controle.

O preço total de aquisição da Brasil PCH foi de R\$754.907, que compreende: (i) R\$739.943 pagos em 14 de fevereiro de 2014; (ii) R\$23.522 pagos em 14 de agosto de 2014 como ajuste do preço de aquisição; reduzido de (iii) R\$8.558 relativos ao reconhecimento e recebimento de dividendos originalmente devidos aos vendedores das ações da Brasil PCH.

Por ser uma companhia de controle compartilhado, a participação da Chipley na Brasil PCH é registrada por equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

1.1.1 Informações adicionais sobre a aquisição da controlada em conjunto Brasil PCH

a) Considerações transferidas

	<u>Brasil PCH</u>
Considerações transferidas:	
Caixa transferido em caixa e equivalentes de caixa diretamente aos acionistas	739.943
Ajuste de preço	23.522
Dividendos originalmente devidos aos vendedores das ações da Brasil PCH	<u>(8.558)</u>
Caixa líquido de aquisição	<u>754.907</u>

b) Alocação do preço de compra

O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio.

A alocação do preço de compra de acordo com as normas contábeis aplicáveis em combinação de negócios foi realizada no quarto trimestre de 2014 a qual foi suportada por laudo de avaliação elaborado por empresa independente em conjunto com análises conduzidas pela Administração da Companhia. A contabilização inicial da aquisição da Brasil PCH foi efetuada para a data-base de 31 de janeiro de 2014 e os valores justos dos ativos e passivos da Brasil PCH na data de aquisição estão abaixo demonstrados:

	<u>Brasil PCH</u>
<u>Ativos</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	131.139
Contas a receber	34.047
Imobilizado	1.593.984
Intangível – contrato de concessão	1.785.877
Outros ativos	<u>118.517</u>
Total dos ativos	<u>3.663.564</u>
<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	
Fornecedores	11.017
Empréstimos e financiamentos	1.327.522
Impostos diferidos	687.101
Outros passivos	<u>157.716</u>
Patrimônio líquido	1.480.208
Total dos passivos e do patrimônio líquido	<u>3.663.564</u>

1.2. Repactuação do risco hidrológico das PCHs da Brasil PCH

Em 18 de agosto de 2015 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 688, que dispõe, dentre outros, acerca da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica.

Em 8 de dezembro de 2015 tal MP foi convertida na Lei nº 13.203/2015, restando estabelecido que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do MRE poderá ser repactuado, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2015, desde que anuído pela ANEEL, mediante contrapartida dos agentes de geração materializada no pagamento de prêmio de risco e na desistência de ações judiciais que requeiram isenção e/ou mitigação do risco hidrológico.

As PCHs da Brasil PCH apresentaram à ANEEL, em 29 de dezembro de 2015, a sua opção pela repactuação integral do risco hidrológico que resultará no recolhimento de prêmio no valor de R\$ 9,50/MWh (atualizado anualmente pelo IPCA, considerando o período base de janeiro de 2015). Com isso o risco hidrológico passou a ser integralmente assumido pelo consumidor final, desde 1º de janeiro de 2015, de modo que o valor do prêmio a partir dessa data até 30 de junho de 2020 não será recolhido, justamente para neutralizar os efeitos do GSF (“*Generation Scale Factor*”) verificados no exercício de 2015.

No dia 15 de janeiro de 2016, à ANEEL anuiu os pedidos de repactuação das PCHs conforme despachos publicados no Diário Oficial da União.

No dia 25 de janeiro de 2016 as PCHs protocolaram na ANEEL os termos de repactuação integral do risco hidrológico da Companhia na modalidade SP 100.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2016.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são Instrumentos financeiros (nota explicativa 10).

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.5.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 10)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for em partes das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

2.5.1.1. Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros aplicáveis na Companhia foram classificados da seguinte forma:

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante.

b) Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

2.5.1.2. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.5.1.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.5.2. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução do valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.5.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.4. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.5.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro real para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente.

Para a Companhia, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.5.6. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

No exercício de 2015, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2016 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (não auditado)
Caixa	2	2
Bancos conta movimento	1.413	11.502
Aplicações financeiras	1.812	-
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>3.227</u>	<u>11.504</u>
Apresentados como:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.415	11.504
Aplicações financeiras	1.812	-
Total	<u>3.227</u>	<u>11.504</u>

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados à taxa de 100,84% (2014, 107,23%) do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

4. INVESTIMENTOS

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto. Em 14 de fevereiro de 2014 a Chipley adquiriu participação de 51% na Brasil PCH S.A. (ver nota explicativa 1.1).

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as demonstrações financeiras da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>ATIVOS CIRCULANTES</u>			<u>PASSIVOS CIRCULANTE</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	122.545	85.855	Empréstimos e financiamentos	189.350	170.099
Outros ativos circulantes	<u>31.112</u>	<u>49.340</u>	Outros passivos circulantes	<u>80.650</u>	<u>128.153</u>
Total dos ativos circulantes	<u>153.657</u>	<u>135.195</u>	Total dos passivos circulantes	<u>270.000</u>	<u>298.252</u>
<u>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</u>			<u>PASSIVOS NÃO CIRCULANTE</u>		
Imobilizado	1.132.951	1.171.028	Empréstimos e financiamentos	883.777	950.957
Outros ativos não circulantes	<u>68.233</u>	<u>100.321</u>	Outros passivos não circulantes	<u>43.355</u>	<u>60.310</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>1.201.184</u>	<u>1.271.349</u>	Total dos passivos não circulantes	<u>927.132</u>	<u>1.011.267</u>
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	157.709	97.025
TOTAL DO ATIVO	<u><u>1.354.841</u></u>	<u><u>1.406.544</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u><u>1.354.841</u></u>	<u><u>1.406.544</u></u>

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE 1 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	31/12/2015	01/02/2014 a 31/12/2014
RECEITA LÍQUIDA	348.610	202.325
CUSTOS DOS SERVIÇOS		
Depreciações	(35.104)	(32.390)
Custo de operação	(43.230)	(33.719)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(5.558)	(4.745)
Total	(83.892)	(70.854)
LUCRO BRUTO	264.718	131.471
RECEITA (DESPESAS)		
Gerais e administrativas	(13.691)	(16.089)
Depreciações e amortizações	(7.739)	(7.135)
Total	(21.430)	(23.224)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	243.288	108.247
RESULTADO FINANCEIRO	(154.389)	(94.321)
Receitas financeiras	18.230	18.230
Despesas financeiras	(112.551)	(112.551)
Total	(94.321)	(94.321)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	88.899	13.926
Imposto de renda e contribuição social	(9.915)	(9.041)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / PERÍODO	78.984	4.885

4.1 Movimentação do investimento:

	31/12/2014 (não auditado)	Equivalência patrimonial			31/12/2015
		Resultado	Amortização da mais valia	Dividendos	
Brasil PCH S.A.	713.312	40.282	(36.303)	(1.412)	715.879

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

	31/12/2013 (não auditado)	Aquisição do investimento	Equivalência patrimonial			31/12/2014 (não auditado)
			Resultado	Amortização da mais valia	Dividendos	
Brasil PCH S.A.	-	754.907	(20.933)	(9.168)	(11.494)	713.312

5. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2014 (não auditado)
<u>Passivo</u>	
Renova Energia S.A.	14.927

O contrato de Adiantamento para futuro aumento de capital não reúne as condições necessárias para caracterizá-lo como patrimônio, por isso foi classificado como passivo. Em 2015 o montante de R\$ 10.000 foi devolvido à Renova Energia e o montante de R\$ 4.927 foi capitalizado (vide nota explicativa 6.2).

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital social

A Renova Energia S.A. é o acionista controlador da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$744.871 (em 2014, R\$1), e está representado por 744.871.373 (2014, 1.200) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

6.2 Integralização de capital

Em 16 de janeiro de 2015, a controladora Renova Energia autorizou o aumento de capital da Companhia de R\$1 para R\$744.871, mediante a emissão de 744.870.173 (setecentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta mil e cento e setenta e três) novas ações ordinárias sem valor nominal da Companhia através de integralizações de recursos para futuro aumento de capital classificados no patrimônio líquido, no montante de R\$ 739.943 (vide nota explicativa 6.3), e classificados no passivo no montante de R\$ 4.927 (vide nota explicativa 5).

6.3 Recursos para futuro aumento de capital

Em 2014 a Renova Energia transferiu para a Companhia o valor total de R\$739.943 a título de recursos para futuro aumento de capital em caráter irrevogável e irretratável e com quantidade fixa de ações a serem adquiridas, nos termos do contrato assinado entre a Companhia e a Renova Energia. Desta forma a Companhia classificou esse adiantamento para futuro aumento de capital dentro do seu patrimônio líquido.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

7. DESPESAS

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (não auditado)
Serviços de terceiros	<u>(63)</u>	<u>(72)</u>

8. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	525	216
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	<u>(1)</u>	<u>(5)</u>
Total do resultado financeiro	<u>524</u>	<u>211</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (não auditado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	4.440	(29.962)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.510)	10.187
<u>Adições (exclusões) permanentes</u>		
Resultado da equivalência patrimonial	1.353	(10.234)
Outros	24	14
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(133)</u>	<u>(33)</u>

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e partes relacionadas.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
	Valor justo	Outros ao
	através do	custo
	resultado	<u>amortizado</u>
		(não auditado)
Ativos financeiros		
Circulante		
Aplicações financeiras	1.812	-
Passivos financeiros		
Não circulante		
Partes relacionadas	-	14.927

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

A Companhia não identificou riscos relevantes de mercado.

d) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

e) Risco da escassez hidrológica

A controlada em conjunto Brasil PCH gera energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita.

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo a da Brasil PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.
